A REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO E AS IMPLICAÇÕES SOBRE SUA CONTINUIDADE OU NÃO NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: QUE IMPLICAÇÕES AFETARÃO OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

Jessé de Aguiar Ferreira[1]

Sandra Regina Rodrigues dos Santos[2]

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o sistema educacional brasileiro passou por diversas reformulações influenciadas por políticas públicas que tinham a intenção de buscar a adequação das escolas da educação básica às novas orientações nacionais e as transformações voltadas para o mundo do trabalho. Nesse estudo, buscamos dar destaque para a Reforma do Novo Ensino Médio, oficializada pela Lei nº 13.415/2017, que alterou significativamente a organização curricular dessa etapa da educação básica. A proposta dessa reforma passou a enfatizar o desenvolvimento de competências e habilidades, seguindo as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Com isso, o ensino médio passou a ser estruturado a partir de uma lógica mais flexível, apresentada como necessária para atender às exigências da sociedade contemporânea. Entretanto, essas alterações vêm sendo algo de inúmeras críticas no campo educacional, sobretudo por seus impactos no ensino de História, disciplina considerada fundamental para a construção da consciência crítica dos estudantes.

A partir desse cenário, diferentes estudiosos e profissionais da educação apontam que a nova estrutura curricular pode comprometer não apenas o ensino de História, mas também áreas como Filosofia e Sociologia, diminuindo o espaço destinado a reflexão e à análise de temas essenciais para a compreensão da realidade social. Para muitos críticos, a redução desses conteúdos afeta diretamente a capacidade dos estudantes de interpretar o passado, compreender o presente e desenvolver posicionamentos críticos diante da sociedade. Além disso, essa reorganização curricular revela preocupações relacionadas a formação política da juventude, especialmente quando limita disciplinas voltadas ao debate social e à formação de jovens mais críticos e participativos podendo estar presente, ainda que de forma implícita, nas bases que sustentam a reforma educacional.

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo se pauta em analisar as percepções levantadas pelos professores de História e do Novo Ensino Médio sobre as diversas alterações para o currículo deste nível de ensino proposto pela reforma do ensino médio, apontando as principais implicações trazidas, bem como a análise do livro didático e seu impacto para o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, torna-se fundamental compreender que as transformações promovidas pela reforma do Ensino Médio não se limitam apenas à reorganização das disciplinas, mas também influenciam diretamente a maneira como o conhecimento é produzido, transmitido e apropriado no ambiente escolar. Essas mudanças acabam repercutindo na formação crítica dos estudantes, especialmente nas disciplinas das Ciências Humanas, uma vez que alteram o espaço destinado ao debate histórico, social e cultural dentro da escola. Dessa forma, discutir essas questões significa também refletir sobre quais conhecimentos são valorizados e quais acabam sendo colocados em segundo plano no processo educativo.

1 Discente em História - Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: jesseaguiarferreira@gmail.com

2 Doutora em Políticas de Educação e Sistemas de Educativos, Docente Associada 2 ao Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: sandramoicana@yahoo.com.br

Outro ponto bastante importante a ser destacado é o currículo, e para tanto nos baseamos nas contribuições de Demerval Saviani (2016) e Acacia Kuenzer (2017), pois destacam aspectos essenciais para a construção de um currículo que atenda as necessidades para a formação dos estudantes. Saviani (2016) dá ênfase ao currículo como um importante instrumento de organização do ensino, instrumento que dá aos alunos o acesso a um conjunto de conhecimentos sistematizados e à cultura letrada. Enquanto Kenzuer (2017) analisa as mudanças recentes no ensino médio destacando a flexibilização curricular pela reforma em 2017, ela ressalta que essa flexibilização em algumas áreas pode ser benéfica no que se diz respeito a aproximação do ambiente escolar com a realidade social, mas também chama atenção para possíveis problemas em relação a essa flexibilização, a exemplo da redução da carga horária das disciplinas de ciências humanas.

METODOLOGIA

Para o desenvolver desta pesquisa, utilizamos de diversos autores que têm estudos que se alinham aos aspectos da temática proposta no projeto, com enfoque para o levantamento bibliográfico com o intuito de elaborar uma base para compreensão mais profunda do assunto. Buscou-se desenvolver metodologicamente o projeto em escolas públicas que já ofereça o Novo Ensino Médio, no intuito de fazer a pesquisa de campo e fazer o acompanhamento questionando a equipe gestora, professores da área de História, enquanto sujeitos desta pesquisa, a fim de levantar dados que possam demonstrar o contexto de implantação da reforma do Novo Ensino Médio. Nesse sentido, avaliamos as proposições contempladas no Novo Ensino Médio alinhados as normas curriculares, considerando as competências e habilidades exigidas.

Na realização da coleta de dados tivemos contato direto com os professores e equipe pedagógica escolar, onde tive a oportunidade de perceber como o trabalho de uma equipe compromissada se faz essencial para o planejamento de uma instituição que preza pela educação pautada num currículo que valoriza educação inclusiva e democrática; fazendo com que o estudo de Saviani (2016) fosse reafirmado. Como o autor destaca:

> Em síntese, pode-se considerar que o currículo em ato de uma escola não é outra coisa senão essa própria escola em pleno funcionamento, isto é, mobilizando todos os seus recursos, materiais e humanos, na direção do objetivo que é a razão de ser de sua existência: a educação das crianças e jovens. Poderíamos dizer que, assim como o método procura responder à pergunta: *como* se deve fazer para atingir determinado objetivo, o currículo procura responder à pergunta: *o que* se deve fazer para atingir determinado objetivo. Diz respeito, pois, ao conteúdo da educação e sua distribuição no tempo e espaço que lhe são destinados. (Saviani, 2016, p.55)

Quanto à pesquisa de campo, realizamos no decorrer do último semestre do ano letivo de 2025, com a coleta de dados junto à equipe gestora e os professores de História, buscando levantar subsídios sobre a implementação do Novo Ensino Médio e suas normas curriculares (BNCC/DCTMA), como também as recentes alterações da reforma que foram definidas em julho de 2024. O objetivo das ações acima foi identificar os impactos dessa reforma educacional no Maranhão e no Brasil, e verificar se o uso do livro didático está contribuindo para a melhoria do processo ensino-aprendizagem dentro do contexto escolar. No processo de pesquisa de campo, realizamos também observações no ambiente escolar para obter informações que ajudaram a atingir os objetivos propostos. Foram aplicados questionários com a equipe gestora e os professores, permitindo compreensão mais ampla dos desafios e das estratégias adotadas na prática docente.

A pesquisa foi de natureza qualitativa, bibliográfica e na minha inserção como investigador da realidade do lócus de pesquisa, também denominado de "pesquisa de campo". (Trivinos, 1987, p.121)

Nesse processo, o livro didático foi o instrumento central de análise, uma vez que, como aponta Dominguini (2008), trata-se de um material estruturante do conhecimento escolar, mas também permeado por implicações ideológicas, políticas e econômicas. Isso significa que a análise qualitativa, mais do que observar o uso cotidiano desse material, busca compreender de que forma ele participa na produção e reprodução de determinadas concepções de mundo.

Nesse sentido, a escolha pelo contato direto com a realidade escolar, observando o lugar ocupado pelo livro didático, permite evidenciar que este não pode ser analisado apenas como um recurso pedagógico neutro. Como afirma Faria (1986), apud Dominguini, 2008), "a educação na sociedade capitalista tem a escola como um dos instrumentos de sua dominação, cujo papel é o de produzir a sociedade burguesa, através da inculcação de sua ideologia". Assim, ao investigar as práticas e discursos em torno do livro, a metodologia busca não apenas levantar dados empíricos, mas também revelar as dimensões simbólicas e políticas que o sustentam, mostrando como ele orienta, limita ou amplia as possibilidades de aprendizagem dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, trazemos o resultado do levantamento das leituras feitas baseadas em estudos de autores que trabalham com perspectivas que dialogam com a temática desta pesquisa, bem como a pesquisa e coleta de dados, resultado da pesquisa de campo. Nessa primeira etapa da pesquisa a intensão foi fazer uma análise de aspectos teóricos e legais que sustentam a desenvoltura dos argumentos presentes nos debates acerca das mudanças na política educacional do Brasil.

Currículo e planejamento pedagógico

O planejamento pedagógico e a estrutura curricular ocupam um lugar fundamental na dinâmica educacional das escolas públicas no Brasil, pois orientam o desenvolvimento das práticas de ensino e influenciam diretamente a aprendizagem dos estudantes. Diante das recentes reformas educacionais provocadas pela implantação do Novo Ensino Médio no Brasil, discutir essas questões tornou-se ainda mais necessário. Nesse cenário, cabe aos estudiosos e profissionais da educação elaborar estratégias que garantam uma formação ampla e significativa, evitando que a escola se limite apenas à preparação técnica voltada às exigências do mercado de trabalho.

Sob essa perspectiva, o currículo escolar não pode ser entendido somente como um conjunto de matérias obrigatórias definidas por documentos oficiais, como a BNCC ou DTCMA, mas como uma construção educacional mais ampla, relacionada às necessidades formativas dos estudantes e às diretrizes estabelecidas para a educação em cada fase. Nas escolas públicas brasileiras, marcadas por desigualdades sociais e dificuldades estruturais, torna-se essencial desenvolver um currículo que dialogue com a realidade dos alunos e considere suas vivências cotidianas. Dessa forma, o currículo deve promover experiências educativas capazes de estimular o desenvolvimento intelectual, social e crítico desses estudantes, contribuindo para a formação de sujeitos preparados para atuar conscientemente na sociedade. Como destaca Fabíola Carla Andretta Teffili:

> Considerando que o currículo influencia a formação das pessoas, pode-se afirmar que o mesmo é determinante no desenvolvimento do processo de aprendizagem e produção do conhecimento nas dimensões individual, cultural e social. Sob esse aspecto Lopes e Macedo (2011, p26) afirmam que "aprende-se na escola não apenas o que é preciso saber para entrar no mundo produtivo, mas códigos a partir dos quais deve agir em sociedade", ou seja, o desenvolvimento social do ser humano é gestado também no ambiente escolar. (Macedo, 2011, p. 26 *apud* Teffili, 2013, p.99)

Além disso, considerar as experiências sociais e culturais dos estudantes no processo educativo torna-se um aspecto indispensável para a construção de um ensino mais inclusivo e eficiente. Nas escolas públicas, onde os alunos possuem trajetórias de vida bastante diversas, é necessário que o ambiente escolar reconheça essas diferenças como parte importante da aprendizagem. Quando o conhecimento trabalhado em sala dialoga com a realidade vivida pelos estudantes, os conteúdos tendem a se tornar mais próximos e compreensíveis para eles, favorecendo uma participação mais ativa no processo de ensino.

Desafios no Novo Ensino Médio

No início do ano letivo de 2025 nos foi possibilitada a participação da semana pedagógica do Centro de Ensino Santa Tereza (escola de rede pública, localizada no bairro da Cidade Operária, em São Luís-MA), onde tive a oportunidade de uma conversa com a professora Marilde Dourado, docente da área de História, que apresentou importantes considerações sobre o cotidiano escolar e as transformações ocorridas após a implementação do Novo Ensino Médio, mostrando sua experiência. Durante a conversa, a professora ressaltou que as alterações promovidas por esse modelo exigiram mudanças significativas na estrutura curricular e nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores naquela escola. Segundo ela, os docentes precisaram reorganizar metodologias e estratégias de ensino para atender às novas exigências educacionais, buscando aproximar os conteúdos da realidade dos estudantes e tornar as aulas mais atrativas, sem comprometer a profundidade necessária para a formação dos alunos.

A conversa também evidenciou que, apesar da proposta do Novo Ensino Médio defender maior flexibilidade por meio dos itinerários formativos, a realidade das escolas públicas apresenta diversos obstáculos que dificultam a efetivação dessas mudanças. Entre os principais desafios apontados estão as limitações estruturais das instituições, a insuficiência de recursos pedagógicos e as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por muitos estudantes e suas famílias. Esses fatores acabam interferindo diretamente no desenvolvimento das atividades escolares e no aproveitamento dos alunos dentro desse novo modelo educacional proposto pela Lei nº 13.415/2017.

A partir dessas diversas críticas já mencionadas nesse estudo, o Ministério da Educação buscou promover alterações nesse modelo baseado na lei de 2017. Nesse sentido, buscaram reformular esses impasses implementando a Lei nº 14.945/2024, onde buscaram corrigir alguns dos pontos mais criticados na reforma anterior, como por exemplo a carga horária e a flexibilização exacerbada das disciplinas.

Entretanto, com a chegada do Novíssimo Ensino Médio no ano de 2025, a carga horária da disciplina de História foi ampliada para 2 horas-aula semanais, o que, embora represente um avanço, ainda é insuficiente para o desenvolvimento crítico da disciplina, com apontou a professora Marilde Dourado. Mesmo diante desses desafios, é evidente como a equipe pedagógica do Centro de Ensino Santa Tereza tem buscado alternativas para garantir que todos os estudantes possam se beneficiar com as mudanças.

As informações que compõem esta análise foram coletadas a partir de um questionário aplicado com a gestora geral do Centro de Ensino Santa Teresa, Ana Regina de Araújo Ferreira Almeida. O objetivo foi compreender de que forma a escola tem lidado com os desafios trazidos pelo Novo e pelo Novíssimo Ensino Médio, especialmente no que se refere à disciplina de História. As respostas apresentadas pela gestora revelam um cenário de avanços pontuais, mas também de limitações que ainda precisam ser enfrentadas.

De início, a gestora relatou que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola foi atualizado apenas parcialmente para atender às novas exigências. Essa informação mostra que a adaptação ao novo modelo educacional não ocorreu de forma plena, ficando marcada por dificuldades como a falta de materiais adequados e a resistência de parte dos professores. Esses dois aspectos são centrais, pois demonstram que a reforma, apesar de obrigatória, ainda encontra barreiras concretas no chão da escola.

Outro ponto destacado no questionário foi o esforço da gestão em apoiar a equipe docente. A gestora explicou que a escola ofereceu formação continuada, disponibilizou novos materiais didáticos e promoveu reuniões pedagógicas específicas sobre o Novo Ensino Médio. Além disso, todos os professores participaram das formações direcionadas ao novo currículo. Esses esforços demonstram uma tentativa real de alinhar a prática escolar às mudanças impostas, mesmo que os resultados ainda não sejam plenamente satisfatórios.

Sobre a carga horária, a resposta da gestora confirma uma preocupação já levantada pela professora Marilde Dourado: atualmente a disciplina de História conta com apenas duas horas-aula semanais. Embora isso represente uma ampliação em relação ao que vinha sendo praticado, a própria gestora foi clara ao afirmar que essa carga é insuficiente para garantir uma formação crítica. Esse limite impacta diretamente na qualidade do ensino, pois impede que os alunos explorem com profundidade os conteúdos e desenvolvam um olhar mais reflexivo sobre a realidade histórica e social.

As respostas do questionário também evidenciaram que o material didático adotado para Ciências Humanas é composto por uma combinação de recursos impressos e digitais. Entretanto, segundo a gestora, esse material não atende plenamente às necessidades da disciplina de História. Como alternativa, a escola tem buscado oferecer materiais complementares, mas isso ainda não resolve o problema da superficialidade dos conteúdos. Fica claro que a dependência de materiais didáticos pouco adequados compromete o processo de ensino-aprendizagem.

A análise do livro didático

As observações feitas pelas professoras Marilde Dourado e Ana Regina Almeida acerca da utilização de um único livro didático de Ciências Humanas, dividido em volumes para contemplar diferentes disciplinas da área, evidenciam diversos impactos no campo pedagógico e metodológico que merecem atenção. O material *Ciências Humanas: Trabalho, Tecnologia e Desigualdade* (PNLD 2021), distribuído por meio do programa governamental, passou a concentrar conteúdos de diferentes áreas do conhecimento em uma única coleção, o que acaba trazendo dificuldades tanto para os professores quanto para os estudantes durante o processo de ensino-aprendizagem.

Entre os principais problemas apontados está a superficialidade com que muitos conteúdos são abordados. Conforme destacado pelas docentes, o livro apresenta uma síntese ampla das disciplinas, dificultando discussões mais aprofundadas sobre temas fundamentais para o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos. Diante dessas limitações, os professores acabam recorrendo a outros recursos pedagógicos, como vídeos educativos, materiais complementares e o auxílio de estagiários universitários, na tentativa de ampliar as discussões trabalhadas em sala de aula. Essa situação dialoga com as reflexões de Lucas Dominguini (2010), que analisa como o livro didático pode sofrer influências de interesses ideológicos e políticos, além de contribuir para processos de padronização do ensino que ultrapassam o âmbito pedagógico e atingem também dimensões econômicas e sociais. O autor destaca:

> O livro didático está presente em todo o conjunto escolar, assim como nas ideologias que englobam a totalidade social. É uma das principais fontes de conhecimento e, associado às informações previamente obtidas pelo professor durante sua formação escolar ou atuação profissional, compõe grande parte do material de ensino que o educador utiliza para proferir a aula. Os educadores usam os livros didáticos como recurso na orientação das atividades em sala de aula5, no que se refere à seleção e adaptação dos conteúdos e, por conseqüência, às demais ações pedagógicas. (Dominguini, 2010, p. 12)

A obra analisada, intitulada *Multiversos: Ciências Humanas – Trabalho, Tecnologia e Desigualdade*, foi produzida por Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão Cândido da Silva e Laercio

Furquim Júnior, autores ligados às áreas das Ciências Humanas e da educação. Alfredo Boulos possui atuação voltada à História e à pesquisa em educação, enquanto Edilson Adão e Laercio Furquim desenvolvem trabalhos relacionados à Geografia e ao ensino em diferentes níveis educacionais. O livro foi elaborado dentro das propostas do Novo Ensino Médio e procura discutir temas ligados ao universo do trabalho, às mudanças tecnológicas e às desigualdades presentes na sociedade contemporânea, buscando estabelecer um diálogo mais próximo com a realidade da juventude.

Na escrita dos capítulos, o material aborda transformações históricas relacionadas ao trabalho e às dinâmicas sociais, tratando de assuntos como industrialização, globalização, neoliberalismo, tecnologia e indicadores sociais. A proposta da coleção é estimular reflexões sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo e aproximar os estudantes de debates presentes no cotidiano social. Além disso, o livro busca constantemente incentivar os jovens a pensarem sobre perspectivas profissionais, relações de trabalho e os impactos das transformações econômicas e tecnológicas na vida em sociedade.

Apesar dessa proposta ampla, o conteúdo apresentado no livro demonstra limitações em relação à profundidade das discussões desenvolvidas, principalmente quando há uma tentativa de utilizar esse material em uma aula da disciplina de História. Questões importantes, como racismo estrutural, escravidão, desigualdade social e os efeitos das tecnologias sobre o mundo do trabalho, aparecem de maneira resumida e pouco problematizada. Em muitos momentos, a abordagem adotada prioriza explicações mais descritivas e simplificadas, deixando de explorar debates críticos mais aprofundados. Com isso, o material acaba oferecendo poucas possibilidades para que os estudantes desenvolvam análises mais reflexivas sobre as contradições sociais e históricas presentes nesses temas.

Outo ponto a ser destacado é a omissão de narrativas negras e indígenas no conteúdo escolar o que não é casual, mas está inserida em um projeto histórico de reprodução de uma visão de mundo que privilegia os valores da elite dominante. Como aponta Rosenverk Estrela Santos (2015):

> O currículo oficial não é um elemento neutro, mas, ao contrário, é constituído por disputas, relações de poder e controle social sobre o conhecimento produzido. É por isso que, no caso da questão étnico-racial, por exemplo, os negros, quando são tratados nos currículos, geralmente, estão situados no período da escravidão como passivos ou inferiores. Existe ainda o currículo 'oculto' que permeia as relações escolares [...] Essa violência simbólica afeta a existência escolar de crianças e jovens subjugados e tem reflexos na permanência destes na escola" (Santos, 2015, p. 200).

Ao apresentar a África como um continente marcado apenas pela dependência econômica, sem referência ao histórico colonial que a mutilou cultural, econômica e politicamente, o livro perpetua a lógica da inferiorização racial. O artigo de Moura et al. (2021) evidência como esse tipo de representação alimenta um ciclo contínuo de estigmatização:

> Os livros didáticos não possuem demasiada explanação histórica de fatos em que negros são apresentados como grandes heróis, com seus feitos lendários. Em sua grande maioria, apresentam-se negros como escravos, servos, rebeldes e desrespeitosos quanto à classe superior, branca. (Moura et al. 2021, p. 66)

Outro ponto crítico é a proposta da seção "#JovensEmAção", que sugere aos estudantes que busquem, nas redes sociais, respostas para a complexidade da desigualdade socioeconômica no continente americano. Tal estratégia evidencia uma falta de responsabilidade pedagógica, uma vez que conteúdos em redes sociais, além de muitas vezes estarem desprovidos de rigor científico, contribuem para a formação de entendimentos distorcidos. Como observa no artigo, essa negligência no tratamento de temas raciais e históricos se insere em uma lógica maior de silenciamento:

> Mesmo em escolas particulares, as questões raciais ainda não estão sendo tratadas em seu devido valor, apresentando um pequeno percentual de instituições que trabalham as Leis 10.639/03 e 11.645/98 em seu Projeto Político Pedagógico (PPP)". (Moura et al, 2021, p. 67)

Além disso, observa-se que a organização dos conteúdos ao longo da coleção reforça uma perspectiva fragmentada do conhecimento histórico e social. Em diversos momentos, os temas aparecem desconectados de seus contextos estruturais e das relações históricas que os produziram, dificultando uma compreensão mais ampla das desigualdades sociais, das relações de poder e dos conflitos presentes na sociedade brasileira. Essa fragmentação acaba limitando o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade, uma vez que os estudantes passam a ter contato com conteúdo apresentados de forma isolada, muitas vezes sem articulação entre passado e presente ou entre teoria e prática social.

Também é importante destacar que a própria linguagem utilizada pelo material didático contribui para esse processo de esvaziamento crítico. Embora o livro utilize recursos gráficos modernos, imagens atrativas e uma proposta aparentemente dinâmica, percebe-se que muitos debates são apresentados de maneira superficial, evitando problematizações mais profundas sobre racismo, desigualdade social, exploração do trabalho e exclusão histórica de grupos marginalizados. Dessa forma, o material transmite a ideia de modernização e inovação pedagógica, mas sem romper efetivamente com perspectivas tradicionais e limitadas de ensino, o que reduz as possibilidades de construção de uma formação mais crítica e reflexiva por parte dos estudantes.

Essas limitações tornam ainda mais necessária a atuação do professor na ampliação dos conteúdos trabalhados em sala de aula, recorrendo a outras referências e perspectivas que não aparecem de forma satisfatória no material didático fornecido pelo PNLD. Apesar de a coleção receber o título *Multiversos*, sugerindo diversidade de olhares e interpretações, o livro apresenta pouca abertura para discussões relacionadas à pluralidade cultural, social e histórica existente no Brasil. Dessa maneira, sua utilização no ensino de Ciências Humanas acaba ficando mais vinculada ao atendimento das competências previstas pela BNCC do que à construção de uma formação verdadeiramente crítica e reflexiva.

Nesse contexto, percebe-se que os próprios objetivos pedagógicos presentes na coleção *Multiversos* contribuem para uma abordagem mais técnica e limitada em relação ao desenvolvimento do pensamento crítico. Embora temas como desigualdade social e trabalho apareçam ao longo das unidades e seções do livro, a forma como são tratados revela pouca profundidade analítica e reduzido diálogo com autores críticos, com as experiências vividas pelos estudantes e com os processos históricos ligados às lutas sociais. O material adota, em muitos momentos, um discurso que aparenta incentivar a cidadania e a reflexão, mas evita discutir de maneira mais direta as estruturas de poder e as contradições sociais presentes na realidade brasileira. Com isso, o conteúdo tende a cumprir uma função mais discursiva do que efetivamente formativa no campo político e emancipador.

Outro aspecto que evidencia as fragilidades da obra está nas atividades e metodologias propostas ao longo dos capítulos. Em grande parte dos exercícios, percebe-se uma valorização da memorização e da repetição de informações, com questões objetivas, comentários superficiais e tarefas pouco aprofundadas, incluindo pesquisas rápidas em plataformas digitais e redes sociais. As propostas raramente incentivam discussões mais amplas, análises críticas ou investigações que estimulem os estudantes a interpretar diferentes fontes e construir reflexões próprias sobre os temas abordados.

Nesse sentido, o material contribui para a permanência de uma prática educacional mais voltada à adaptação dos jovens às exigências sociais e profissionais do que à formação de sujeitos críticos e participativos. Em vez de estimular autonomia intelectual, consciência histórica e capacidade de questionamento, muitas atividades acabam priorizando respostas prontas e interpretações simplificadas. Por isso, torna-se necessário desenvolver uma análise crítica mais

profunda sobre esse tipo de material didático que, mesmo sendo apresentado como inovador, pode representar um enfraquecimento significativo da formação crítica no ensino de Ciências Humanas.

Dessa forma, o livro analisado se apresenta menos como um recurso pedagógico comprometido com a emancipação e mais como um instrumento de manutenção das estruturas de poder já existentes. Ao priorizar uma formação voltada à empregabilidade, o material contribui para a despolitização do ensino e para a reprodução de uma lógica de silenciamento histórico e social. O desafio que se coloca, portanto, é o de reivindicar uma educação verdadeiramente democrática, que valorize a diversidade, reconheça os sujeitos historicamente marginalizados e permita aos estudantes compreenderem o mundo em sua complexidade, abrindo caminho para que se tornem agentes de transformação social.

CONCLUSÃO

As análises desenvolvidas neste estudo demonstram que as transformações promovidas pelo Novo Ensino Médio, assim como pelas reformulações mais recentes associadas ao chamado Novíssimo Ensino Médio, têm provocado impactos profundos no ensino de História nas escolas públicas. A observação da realidade escolar, especialmente no Centro de Ensino Santa Tereza, permitiu perceber que a implantação dessas reformas ocorre em meio a inúmeras dificuldades e contradições. No cotidiano da escola, professores e gestores enfrentam problemas relacionados à redução da carga horária, à carência de recursos pedagógicos e às limitações estruturais da instituição, elementos que acabam afetando diretamente a qualidade do processo educativo.

Outro ponto importante no estudo foi a análise da abordagem do livro didático unificado de Ciências Humanas utilizado no Centro de Ensino Santa Teresa. Embora o material apresente temas atuais e relevantes, sua abordagem frequentemente superficial e pouco crítica dificulta discussões mais aprofundadas sobre as desigualdades sociais, os conflitos históricos e as contradições presentes na sociedade brasileira. Em vários momentos, o conteúdo acaba priorizando uma perspectiva mais técnica e adaptativa, reduzindo espaços para reflexões que incentivem o questionamento e a transformação da realidade social vivida pelos estudantes.

Além disso, as discussões sobre o livro didático abrem espaço para novos questionamentos. O material analisado revelou-se limitado e marcado por um viés tecnicista, mas seria importante mapear de que maneira os professores têm buscado suprir essas lacunas, seja por meio de recursos complementares, seja por práticas interdisciplinares que valorizem a história local, a diversidade cultural e a pluralidade de vozes. Uma investigação comparativa entre diferentes escolas e realidades regionais pode evidenciar tanto os entraves quanto as potências existentes no uso pedagógico desse material.

Outro horizonte importante diz respeito à análise do impacto das reformas sobre as desigualdades educacionais. A promessa de flexibilização e escolha, muitas vezes, transforma-se em mera retórica quando confrontada com as limitações materiais das escolas públicas. Estudos futuros podem se dedicar a mensurar de que forma o Novo e o Novíssimo Ensino Médio contribuem para ampliar ou reduzir tais desigualdades, investigando, por exemplo, o acesso às universidades, a permanência escolar e a inserção no mundo do trabalho. Essa perspectiva quantitativa, articulada à análise qualitativa já em andamento, pode oferecer um panorama mais amplo das consequências sociais das políticas educacionais.

Diante disso, torna-se fundamental analisar o Novo e o Novíssimo Ensino Médio para além dos discursos que associam essas reformas à modernização e à inovação educacional. É necessário refletir criticamente sobre quais interesses são fortalecidos por essas políticas, quais grupos sociais têm suas experiências invisibilizadas e quais concepções de educação estão sendo priorizadas.

AGRADECIMENTO E PERSPECTIVAS

A realização deste estudo foi possível graças ao apoio e contribuição de importantes instituições e pessoas que fizeram parte desse processo acadêmico. Por isso, registro meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, pela orientação e acompanhamento ao longo da pesquisa, agradeço ao Centro de Ensino Santa Teresa pela disponibilidade e contribuições, e agradeço também à Universidade Estadual do Maranhão e à FAPEMA, pelo apoio e incentivo à produção do conhecimento científico.

O estudo teve como norte os seguintes objetivos: Analisar as percepções levantadas pelos professores de História do Ensino Médio sobre as diversas alterações para o currículo deste nível de ensino proposto pela reforma do Novo Ensino Médio, apontando as principais implicações trazidas para o processo ensino-aprendizagem.

Como posto anteriormente, uma das principais devolutivas a partir desse estudo foi a percepção de um ensino com o objetivo de ser raso e tecnicista, o qual não se preocupa em proporcionar uma educação comprometida com a formação cidadã – apesar dos esforços dos docentes em tentar suprir essas lacunas de criticidade.

Nessa perspectiva, as discussões sobre o livro didático abrem espaço para novos questionamentos. O material analisado revelou-se limitado e marcado por um viés tecnicista, mas seria importante mapear de que maneira os professores têm buscado suprir essas lacunas, seja por meio de recursos complementares, seja por práticas interdisciplinares que valorizem a história local, a diversidade cultural e a pluralidade de vozes. Uma investigação comparativa entre diferentes escolas e realidades regionais pode evidenciar tanto os entraves quanto as potências existentes no uso pedagógico desse material.

Dessa forma, as perspectivas aqui delineadas reafirmam que o estudo do Novo Ensino Médio não se encerra em diagnósticos críticos, mas convoca novas investigações comprometidas com a escuta dos sujeitos, com o reconhecimento das desigualdades e com a busca por uma educação que seja, de fato, democrática, plural e emancipadora.

REFERÊNCIAS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo *et al*. ***Multiversos:*** *ciências humanas e sociais aplicadas*: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020/2021. 6 v. [1, 2]

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as diretrizes e bases da educação nacional e estabelece a reforma do ensino médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 14.871, de 16 de maio de 2024.** Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, alterando a estrutura do ensino médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 maio 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2024-2025/2024/lei/l14871.htm. Acesso em: 26 dez. 2024.

CARDOSO, Adalberto. **Escravidão, capitalismo e trabalho:** um ensaio sobre inércia social. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 80, p. 71–96, mar. 2008.

DOMINGUINI, Lucas. **Fatores que evidenciam a necessidade de debates sobre o livro didático.** In: Congresso Internacional de Filosofia e Educação, Caxias do Sul, 2010.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018. DOI: 10.5935/0103-4014.20180028.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação e Sociedade,** Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr.-jun. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723. Acesso em: [18/01/2025].

MOURA, Danilo Faria et al. A estereotipia da cultura africana nas escolas. **Revista Master**, v. 6, n. 11, supl. I, p. 65–69, 2021.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **EDUCAÇÃO POPULAR E JUVENTUDE NEGRA.** EDUFMA, São Luís, 2015.

TEFFILI, Fabíola Carla Andretta. Currículo e conhecimento escolar: uma reflexão sobre algumas relações teóricas e práticas. **Perspectiva**, Erechim, v. 37, n. 140, p. 93-102, dez. 2013.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Educação e Sociedade**, 2016.

VEIGA, Cynthia Greive. Discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016): alguns apontamentos. **História da Educação (Online)**, Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 158-181, set./dez. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/73607. Acesso em: [23/11/2024].